

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

1. APRESENTAÇÃO

. Demonstrações e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade), as Instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicada ao Setor Público (PCASP), bem como os Manuais do Siafi.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Siafi e tem como escopo deste Relatório de Gestão as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 81000 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH. São elas:

Balanço Patrimonial (BP)
 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
 Balanço Orçamentário (BO)
 Balanço Financeiro (BF)
 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
 Notas Explicativas (NE)

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MMFDH, levando em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

. Moeda Funcional e Saldos em Moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MMFDH.

. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores deste grupo de contas expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive de fundo e de fundação. No MMFDH, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

. Créditos a Curto Prazo

Compreendem os valores relativos aos direitos a receber a curto prazo relacionados, no MMFDH, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os valores relativos aos direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Nas contas aqui apresentadas não são realizados os ajustes para perdas.

. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, em princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

. Depreciação, Amortização ou Exaustão de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos, apresentando como método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

. Depreciação de Bens Imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento no sistema corporativo da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) f n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

. Intangível

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MMFDH são os soGwares, os quais são destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, não sendo deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

. Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

. Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

a) Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas – (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias

realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ em mil

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	298.570	367.828	PASSIVO CIRCULANTE	33.320	36.612
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.377	230.427	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.603	7.020
Créditos a Curto Prazo	184.076	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	184.076	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	654
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	137.277	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	118	123	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	30.716	28.938
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	437.110	388.240	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.165	548	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	8.165	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	8.165	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	548	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	33.320	36.612
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	702.361	719.455
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	702.361	719.455

Imobilizado	416.571	379.036	Resultado do Exercício	-21.185	98.229
Bens Móveis	314.714	278.245	Resultados de Exercícios Anteriores	719.455	620.397
Bens Móveis	314.954	278.245	Ajustes de Exercícios Anteriores	4.091	830
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-241	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	101.858	100.791			
Bens Imóveis	101.924	100.854			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-66	-63			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	12.374	8.655			
Softwares	12.374	8.655			
Softwares	13.040	9.322			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-666	-666			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	735.681	756.068	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	735.681	756.068

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

R\$ em mil

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	114.377	230.427	PASSIVO FINANCEIRO	466.420	287.020
ATIVO PERMANENTE	621.304	525.641	PASSIVO PERMANENTE	22.683	26.211
SALDO PATRIMONIAL				246.578	442.836

R\$ em mil

QUADRO DE COMPENSAÇÕES - ATOS POTENCIAIS					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
SALDO	54.215	45.117	SALDO	771.588	450.841
Atos Potenciais Ativos	54.215	45.117	Atos Potenciais Passivos	771.588	450.841
Garantias e Contragarantias Recebidas	52.876	43.778	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.330	1.330	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	407.746	167.943

Direitos Contratuais	10	10	Obrigações Contratuais	363.842	282.898
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	54.215	45.117	TOTAL	771.588	450.841

R\$ em mil

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-333.805
Recursos Vinculados	-18.239
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-286
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-50.818
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	100.259
Outros Recursos Vinculados	-67.393
TOTAL	-352.044

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

3.2. BALANÇO FINANCEIRO

R\$ em mil

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

7

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS	2020	2019	DISPÊNDIOS	2020	2019
Receitas Orçamentárias	15.197	53.600	Despesas Orçamentárias	613.067	415.839
Ordinárias	-	-	Ordinárias	432.165	235.397
Vinculadas	15.216	53.762	Vinculadas	180.902	180.443
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.967		Seguridade Social (Exceto Previdência)	727	
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	58	13
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	13.249	53.762	Receitas Financeiras		60.679
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-19	-162	Dívida Pública	78.020	
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	102.097	19.750
			Outros Recursos Vinculados		100.000
Transferências Financeiras Recebidas	1.013.873	1.070.906	Transferências Financeiras Concedidas	748.534	842.925
Resultantes da Execução Orçamentária	695.674	855.977	Resultantes da Execução Orçamentária	428.687	647.885
Cota Recebida	357.586	621.261	Repasso Concedido	76.100	410.169
Repasso Recebido		1	Sub-repasso Concedido	335.327	221.895
Sub-repasso Recebido	335.327	221.895	Cota Devolvida	14.499	3.800
Repasso Devolvido	4	800	Repasso Devolvido	4	
Sub-repasso Devolvido	2.756	12.020	Sub-repasso Devolvido	2.756	12.020
Independentes da Execução Orçamentária	318.199	214.929	Independentes da Execução Orçamentária	319.847	195.040

Transferências Recebidas para Pagamento de RP	236.367	210.857	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	225.038	167.213
Demais Transferências Recebidas	81.249	2.457	Demais Transferências Concedidas	80.373	1
Movimentação de Saldos Patrimoniais	405	1.505	Movimento de Saldos Patrimoniais	14.258	27.743
Movimentações para Incorporação de Saldos	178	110	Movimentações para Incorporação de Saldos	178	83
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	291.505	243.673	Pagamentos Extraorçamentários	75.023	140.748
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.619	5.091	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.020	5.491
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	273.249	208.363	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	69.760	133.453
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	74	1.413	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	80	1.805
Outros Recebimentos Extraorçamentários	11.563	28.806	Outros Pagamentos Extraorçamentários	164	-
Restituições a Pagar	-	1	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	1	-
Arrecadação de Outra Unidade	11.563	26.389	Demais Pagamentos	163	-
Demais Recebimentos	-	2.416	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	230.427	261.761	Saldo para o Exercício Seguinte	114.377	230.427
Caixa e Equivalentes de Caixa	230.427	261.761	Caixa e Equivalentes de Caixa	114.377	230.427
TOTAL	1.551.001	1.629.940	TOTAL	1.551.001	1.629.940

3.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ em milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	157.413,25	157.413,25	15.197,18	-142.216,07
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.758,56	1.758,56	1.948,25	189,70
Contribuições Sociais	1.758,56	1.758,56	1.948,25	189,70
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	10.740,79	10.740,79	10.926,22	185,43
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	10.740,79	10.740,79	10.926,22	185,43
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-

Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	17.064,69	17.064,69	2.322,71	-14.741,99
Outras Receitas Correntes	127.849,21	127.849,21	-	-127.849,21
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	127.849,21	127.849,21	-	-127.849,21
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	36.699,65	36.699,65	-	-36.699,65
Operações de Crédito	36.699,65	36.699,65	-	-36.699,65
Operações de Crédito Internas	36.699,65	36.699,65	-	-36.699,65
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	194.112,90	194.112,90	15.197,18	-178.915,72
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	194.112,90	194.112,90	15.197,18	-178.915,72
DEFICIT			597.869,86	597.869,86
TOTAL	194.112,90	194.112,90	613.067,05	418.954,14
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	205.000,00	205.000,00	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-
DESPESA				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	353.685,48	553.558,94	458.618,07	332.861,45	326.257,74	94.940,86
Pessoal e Encargos Sociais	53.010,19	58.218,88	57.994,52	53.656,50	50.066,81	224,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	300.675,29	495.340,05	400.623,55	279.204,95	276.190,93	94.716,50
DESPESAS DE CAPITAL	184.853,03	164.117,79	154.448,97	6.956,55	6.941,31	9.668,81
Investimentos	183.563,29	161.534,62	154.448,97	6.956,55	6.941,31	7.085,64
Inversões Financeiras	1.289,73	2.583,17	-	-	-	2.583,17
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	135.163,01	135.163,01	-	-	-	135.163,01
SUBTOTAL DAS DESPESAS	673.701,52	852.839,74	613.067,05	339.818,00	333.199,05	239.772,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	673.701,52	852.839,74	613.067,05	339.818,00	333.199,05	239.772,69
TOTAL	673.701,52	852.839,74	613.067,05	339.818,00	333.199,05	239.772,69

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	39.887,06	77.152,81	43.414,52	43.414,52	22.907,54	50.717,80
Pessoal e Encargos Sociais	2.686,32	6.221,89	1.617,10	1.617,10	164,75	7.126,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	37.200,74	70.930,92	41.797,42	41.797,42	22.742,79	43.591,45
DESPESAS DE CAPITAL	28.368,93	131.210,08	26.345,33	26.345,33	1.417,37	131.816,31
Investimentos	28.368,93	131.210,08	26.345,33	26.345,33	1.417,37	131.816,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	68.255,98	208.362,90	69.759,85	69.759,85	24.324,92	182.534,10

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.649,15	4.864,56	4.695,69	1.355,90	3.462,11
Pessoal e Encargos Sociais	417,38	3.248,86	3.244,70	421,54	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.231,76	1.615,69	1.450,98	934,36	3.462,11
DESPESAS DE CAPITAL	555,05	324,33	324,33	-	555,05
Investimentos	555,05	324,33	324,33	-	555,05

Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	5.204,20	5.188,88	5.020,01	1.355,90	4.017,16

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ em milhares

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.212.281,44	1.373.562,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	14.841,21	13.310,42
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	11,40
Variações Monetárias e Cambiais	3.961,41	1.571,76
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	10.879,80	11.727,26
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.104.963,06	1.225.812,53
Transferências Intragovernamentais	1.014.162,50	1.185.229,33
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	2,50	39.147,71
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	2.320,20	1.421,72
Outras Transferências e Delegações Recebidas	88.477,85	13,78
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	77.145,47	106.553,45
Reavaliação de Ativos	1.003,11	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	76.141,04	106.370,15

Ganhos com Desincorporação de Passivos	1,31	183,30
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.331,71	27.885,89
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15.331,71	27.885,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.233.466,91	1.275.333,22
Pessoal e Encargos	61.782,19	59.948,71
Remuneração a Pessoal	37.494,78	36.574,84
Encargos Patronais	5.160,37	5.599,49
Benefícios a Pessoal	4.170,59	3.379,16
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	14.956,45	14.395,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	313,44	69,58
Aposentadorias e Reformas	54,53	69,58
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	258,91	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	76.981,49	113.631,65
Uso de Material de Consumo	135,81	49,49
Serviços	76.600,05	113.572,41
Depreciação, Amortização e Exaustão	245,63	9,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.062.630,20	1.012.273,28
Transferências Intragovernamentais	748.667,47	916.881,39
Transferências Intergovernamentais	239.328,30	81.253,09
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	1.129,80
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	74.634,43	13.009,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	25.767,13	84.293,94
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-

Perdas Involuntárias	62,42	-
Incorporação de Passivos	495,29	21.862,94
Desincorporação de Ativos	25.209,42	62.430,99
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.992,47	5.116,06
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.992,47	5.116,06
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-21.185,47	98.229,07

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2020	2019

3.5. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

R\$ em milhares

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-88.964,25	49.474,39
INGRESSOS	1.040.706,27	1.154.725,45
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	1.948,25	1.535,02
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	10.926,22	11.495,92
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	2.322,71	40.569,43
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	2.322,71	40.569,43
Outros Ingressos Operacionais	1.025.509,09	1.101.125,09

Ingressos Extraorçamentários	73,99	1.412,96
Restituições a Pagar		1,31
Transferências Financeiras Recebidas	1.013.872,50	1.070.905,84
Arrecadação de Outra Unidade	11.562,60	26.388,56
Demais Recebimentos		2.416,42
DESEMBOLSOS	-1.129.670,52	-1.105.251,06
Pessoal e Demais Despesas	-137.884,29	-171.085,96
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-310,28
Administração	-0,33	-2.203,81
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-37,94	-165,40
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-63,35	-79,05
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-131.911,23	-165.937,86
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-5.871,44	-2.389,56
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-243.008,42	-89.434,45
Intergovernamentais	-36.866,62	-60.357,36
A Estados e/ou Distrito Federal	-28.907,25	-48.725,90
A Municípios	-7.959,37	-11.631,46
Intragovernamentais	-5.280,37	-5.681,76

Outras Transferências Concedidas	-200.861,43	-23.395,34
Outros Desembolsos Operacionais	-748.777,81	-844.730,64
Dispêndios Extraorçamentários	-79,59	-1.805,21
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1,31	
Transferências Financeiras Concedidas	-748.534,24	-842.925,42
Demais Pagamentos	-162,67	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-27.086,21	-80.808,55
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-27.086,21	-80.808,55
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.547,81	-79.623,06
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.538,40	-1.185,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-116.050,46	-31.334,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	230.427,02	261.761,18
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	114.376,56	230.427,02

3.6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ em milhares

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	620.478.563,31	-	-	620.478.563,31
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	747.724,95	-	-	747.724,95
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	98.229.073,07	-	-	98.229.073,07

Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	719.455.361,33	-	-	719.455.361,33
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	719.455.361,33	-	-	719.455.361,33
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	4.143.524,75	-	-	4.143.524,75
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-47.053,50	-	-	-47.053,50
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	723.551.832,58	-	-	723.551.832,58

4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. ATIVO

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Em 31.12.2020, a Unidade Prestadora de Contas - UPC 81000 possuía o montante de R\$ 114.476.563 depositados em caixa. A conta Caixa e Equivalência de Caixa é apresentada no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (no grupo de Dispêndios, no item Saldo para o Exercícios Seguintes), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final, referindo-se ao montante a que as unidades gestoras têm direito a sacar da Conta única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil para atender às suas despesas, cujos registros são feitos diretamente na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que integra o item de Caixa e Equivalente de Caixa. O limite é disponibilizado pelo Órgão Central de Programação Financeira – COFIN/STN à Setorial Financeira do MMFDH e destas às unidades gestoras integrantes da UPC-MMFDH, de acordo com o montante de liquidações efetuadas em cada mês. Observou-se uma redução de 50,4% no saldo da conta, quando se compara o exercício de 2019 em relação ao exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro a seguir.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.376.563	230.427.021	-50,4%
TOTAL	114.376.563	230.427.021	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH.

Nota 2 – Créditos e Valores a Curto Prazo – BP

Trata-se de valores a receber de servidores e terceiros, tais como: adiantamento de férias, 13º salário e Termo de Execução Descentralizada – TED. Em 31.12.2020, o saldo da conta era de R\$ 184.076.152 milhões, sendo que este aumentou em 34,1%, no período, em especial pela formalização de novos Termos de Execução Descentralizada.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	184.076.152	137.277.386	34,1%
TOTAL	184.076.152	137.277.386	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 3 – Estoques – BP

Os Estoques são compostos pelos bens de consumo depositados em almoxarifado, em especial materiais de expediente. Conforme demonstrado no quadro abaixo, o saldo da conta, em 31.12. 2020, era de R\$ 117.575, contudo, não é possível afirmar que o referido saldo reflita adequadamente a situação monetária dos bens em almoxarifado, uma vez que estes não estão inseridos no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, logo, inexistente controle extra contábil para fins de comparabilidade. Não obstante, a UPC-MMFDH já iniciou os procedimentos para regularização do evento.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Estoques	117.574	123.392	-4,7%
TOTAL	117.574	123.392	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 4 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – BP

Refere-se aos direitos a receber a longo prazo, ou seja, após o término do exercício seguinte, decorrentes de depósitos judiciais e de prestação de contas não aprovadas e já julgadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Em 31.12.2020, a rubrica apresentava o saldo de R\$ 8.165.256. Comparando-se com o exercício de 2019, observou-se uma significativa variação positiva, que se explica pelos inúmeros processos julgados pelo TCU, no ano de 2020, com a emissão do respectivo Acórdão.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.165.256	548.178	1389,5%
TOTAL	8.165.256	548.178	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 5 – Bens Móveis – BP

Trata-se de bens móveis diversos, em poder da UPC-MMFDH, conforme discriminado no quadro abaixo, registrados pelo valor de aquisição e sujeitos à depreciação e reavaliação. Em 31.12.2020, o grupo apresentava o saldo líquido (deduzida a depreciação) de R\$ 314.713.554, todavia, este saldo não reflete a real situação monetária dos citados bens, uma vez que estes não estão inseridos no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, logo, inexistente controle extra contábil para fins de comparabilidade. Na rubrica “Demais Bens Móveis” estão contabilizados os bens a alienar e bens a localizar oriundos de doações recebidas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Presidência da República. Na conta de bens a alienar estão registrados os bens adquiridos para equipagem dos Conselhos Tutelares, os quais ainda não foram doados. Importante, ainda, assinalar que os referidos bens não estão sendo depreciados. Importa assinalar que a UPC-MMFDH já está adotando as medidas necessárias para sanar as inconsistências apontadas.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.997.182	411.405	385,5%
Bens de Informática	38.517.209	89.142.988	-56,8%
Móveis e Utensílios	15.851.748	12.244.027	29,5%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.704.369	224.771	658,3%
Veículos	90.180.169	176.058.931	-48,8%
Demais Bens Móveis	166.703.799	163.330	101965,6%
SUBTOTAL	314.954.476	278.245.451	
Depreciação/Amortização Acumulada	-240.923	0	
TOTAL	314.713.554	466.936.509	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 6 – Bens Imóveis – BP

Em 31.12.2020, a UPC-MMFDH possuía Bens Imóveis registrados no Balanço Patrimonial no montante líquido (deduzida a depreciação) de R\$ 101.857.577, conforme demonstrado no quadro abaixo. Os referidos bens imóveis foram reconhecidos pelo valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável ou à reavaliação. São registrados por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUNET, o qual gerencia a utilização dos Imóveis da União. Cabe ressaltar que existem bens registrados contabilmente que ainda não foram inseridos no SPIUNET e, além disso, o registro contábil da depreciação não reflete a realidade por haver bens ainda não incorporados. Não obstante as inconsistências apontadas, a UPC 81000 está adotando as providências necessárias para regularização das mencionadas impropriedades.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens de Uso Especial	100.276.379	99.273.267	1,0%
Terrenos, Glebas	96.130.059	96.130.059	0,0%
Edifícios	4.146.320	3.143.207	31,9%
Bens Dominicais	1.581.121	1.581.121	0,0%
Bens Imóveis em Andamento	66.306	0	
SUBTOTAL	101.923.807	100.854.388	
Depreciação/Amortização Acumulada	-66.230	-63.450	
TOTAL	101.857.577	100.790.938	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 7 – Intangível – BP

São bens incorpóreos com vida útil definida, sendo que, na UPC-MMFDH, são representados pelos softwares destinados ao apoio da atividade ou exercido com essa finalidade. São mensurados pelo valor de aquisição ou de produção, deduzidos da conta de amortização acumulada. Em 31.12.2020, a rubrica possuía o saldo de R\$ 13.040.240, conforme quadro abaixo:

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	13.040.240	9.321.661	39,9%
SUBTOTAL	13.040.240	9.321.661	
Amortização Acumulada	-666.349	-666.349	
TOTAL	12.373.891	8.655.312	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

4.2. PASSIVO

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP

Referem-se às obrigações com pessoal a pagar, benefícios previdenciários e encargos sociais a pagar, apropriados em 31.12.2020 e pagos em janeiro de 2021. Em 31.12.2020, o grupo possuía um saldo de R\$ 2.603.332. Destaque-se a retração de 63,3% no saldo da conta de Pessoal a Pagar, no período de 2020 em relação ao exercício de 2020, que se explica pela não efetivação das baixas de provisão de décimo terceiro salário e férias no exercício de 2019, sendo efetuadas as citadas baixas em 2020.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Pessoal a Pagar	2.574.337	7.019.901	-63,3%
Benefícios Previdenciários a Pagar	19.529	0	
Benefícios Assistenciais a Pagar	0	0	
Encargos Sociais a Pagar	9.465	9.826	-3,7%
TOTAL	2.603.332	7.029.726	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 9 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP

Referem-se a diversas obrigações de curto prazo para com terceiros, conforme detalhado no quadro abaixo, cujo saldo em 31.12.2020 alcançou o montante de R\$ 30.585.126. Destaque-se as obrigações a pagar referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres, no valor de R\$ 6.617.417 e Transferências Financeiras a Comprovar – TED, na importância de R\$ 22.232.644, sendo que esta última aguarda a aprovação de prestações de contas de convênios para que seja efetuada a baixa contábil.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Valores Restituíveis	131.107	240.499	-45,5%
Indenizações, Restituições e Compensações	0	1.311	-100,0%
Diárias a Pagar	120	19.312	-99,4%
Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar	6.617.417	5.017.164	31,9%
Depósitos por Devolução de Valores Não Reclam	0	3.304	-100,0%
GRU-Valores em Trânsito para Estorno Despesa	0	1.938	-100,0%
Obrigações com Entidades Federais - Consolid.	1.284.945	972.100	32,2%
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	22.232.644	22.232.644	0,0%
Conv. e Instrum. Congeneres a Pag - Inter Est	450.000	450.000	0,0%
TOTAL	30.585.126	28.697.773	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 10 – Ajuste de Exercício Anterior

O ajuste de exercício anterior ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos de mudança de política contábil ou pela retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Em 31.12.2020, o Balanço Patrimonial evidenciou um saldo contábil de R\$ 4.091.109 na rubrica em comento, conforme demonstrado no quadro abaixo. Referido saldo apresentou uma variação positiva de 393,13% em relação ao exercício anterior, o que se explica pelo registro de retificação de eventos diversos, com origem em exercícios pretéritos.

R\$ milhares

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.091.109	829.621	393,13%
TOTAL	4.091.109	829.621	

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

Nota 11 - Contrato de Serviços em Execução (conta de controle) - Maiores Contratações - acima de R\$ 10 milhões

O quadro a seguir apresenta os dez maiores contratos em execução na UPC-MMFDH, cujos dados foram extraídos de conta extra contábil, logo, não estão evidenciados no Balanço Patrimonial.

R\$ milhares

CONTRATADO	31/12/2020	AV (%)
NORTHWARE COMERCIO E SERVICOS LTDA	43.249.933	21,6%
BR BPO TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.	30.644.238	15,3%
ADCON - ADMINISTRACAO E CONSERVACAO EIRELI	26.110.877	13,0%
CALL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	24.919.646	12,4%
FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.	23.248.582	11,6%
BANCO DO BRASIL SA	17.537.045	8,7%
AGENCIA DE EVENTOS NEGOCIOS E SERVICOS LTDA	13.014.247	6,5%
SWOT SERVICO DE FESTAS E EVENTOS LTDA	11.079.857	5,5%
PLANALTO SERVICE EIRELI	10.816.454	5,4%
TOTAL	200.620.879	100,0%

Fonte: Siafi Web, UPC-MMFDH

5. DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MMFDH

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do MMFDH.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Estoques

O saldo contábil dos estoques em almoxarifado, no valor de R\$ 117.575, expresso no Balanço Patrimonial, não reflete adequadamente a real situação monetária dos bens em estoque, uma vez estes não estão inseridos no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, logo, inexistente controle extra contábil (Relatório de Movimentação de Almoxarifado – RMA) para fins de comparabilidade.

Bens Móveis

Os saldos contábeis das rubricas integrantes dos Bens Móveis, no montante de R\$ 314.713.554, demonstrados no Balanço Patrimonial, não refletem adequadamente a real situação monetária dos mencionados bens, uma vez que estes não estão inseridos no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, logo, inexistente controle extra contábil (Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB) para fins de comparabilidade. Além disso, inexistente processo de registro de depreciação/reavaliação.

Bens Imóveis

Os saldos contábeis das rubricas integrantes dos Bens Imóveis, na importância de R\$ 101.857.577, expressos no Balanço Patrimonial, não refletem adequadamente a real situação monetária dos citados bens imóveis, uma vez que estes não estão inseridos no Sistema de Gerenciamento

dos Imóveis de Uso Especial – SPINET, logo, inexistente controle extra contábil para fins de comparabilidade. Além disso, inexistente processo de registro de depreciação/reavaliação.

Contabilidade de Custos

As informações da contabilidade de custos relativo à conformidade legal, sistema de custos, estimativas e principais desafios estão reportados no item relativo à Gestão de Custos.

Força de Trabalho – Coordenação de Contabilidade

FORÇA DE TRABALHO SERVIDOR- SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE - CCONT - 8 SERVIDORES					
SETOR	SERVIDOR	SITUAÇÃO	DENOMINAÇÃO/CARGO COMISSÃO/FUNÇÃO	CÓDIGO/CARGO COMISSIONADO/FUNÇÃO/ GRATIFICAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
CCONT	José Carlos Gomes	Sem Vínculo	Coordenador	DAS 101.3	Planejar, coordenar, implementar, acompanhar, supervisionar, propor normas, orientar e controlar todas as atividades da Coordenação de Contabilidade.
CCONT	Alexandre Viegas Amorim	Terceirizado	Apoio Técnico Administrativo	Apoio Técnico Administrativo	<p>Prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responde; realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, com base nos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, na tabela de eventos, no plano de contas aplicado ao setor público e na conformidade dos registros de gestão das unidades gestoras; efetuar os registros pertinentes, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados; realizar tomada de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, notadamente no que tange aos contratos administrativos, sem prejuízo da competência da Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias e Monitoramento - CGTVM; efetuar registros contábeis nas unidades gestoras, quando necessário; VII - interagir diretamente com o Órgão Central de Contabilidade Federal; atender às demandas especiais de informações contábeis de natureza gerencial; proceder, por amostragem, à análise processual de registros contábeis de execução; atestar, em conjunto com as unidades setoriais orçamentária e financeira, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União, com os registros contábeis ocorridos; apoiar o Órgão Central de Administração Financeira na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; atualizar o Rol de Responsáveis no SIAFI; atualizar as tabelas do Órgão e das Unidades Gestoras no SIAFI; providenciar a criação de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ para novas unidades do Ministério, bem como atualizar dados junto à Receita Federal do Brasil - RFB; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC do Ministério; elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC; apoiar o Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal; subsidiar os gestores do Ministério com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório; apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária; elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo do Ministério; possibilitar a disseminação das informações de custos nas unidades gestoras do XXII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor os relatórios de Governo, bem como assinar a Declaração do Contador e o Relatório de Situação Contábil do Ministério; coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério; viabilizar e convocar, quando necessário, reuniões técnicas com a participação das unidades gestoras; e desenvolver projetos de melhoria dos processos relacionados à área contábil.</p>

CCONT	Adréia Gonçalves da Silva	Terceirizado	Apoio Técnico Administrativo	Apoio Técnico Administrativo	<p>Prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responde; realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, com base nos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, na tabela de eventos, no plano de contas aplicado ao setor público e na conformidade dos registros de gestão das unidades gestoras; efetuar os registros pertinentes, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados; realizar tomada de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, notadamente no que tange aos contratos administrativos, sem prejuízo da competência da Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias e Monitoramento - CGTVM; efetuar registros contábeis nas unidades gestoras, quando necessário; VII - interagir diretamente com o Órgão Central de Contabilidade Federal; atender às demandas especiais de informações contábeis de natureza gerencial; proceder, por amostragem, à análise processual de registros contábeis de execução; atestar, em conjunto com as unidades setoriais orçamentária e financeira, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União, com os registros contábeis ocorridos; apoiar o Órgão Central de Administração Financeira na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; atualizar o Rol de Responsáveis no SIAFI; atualizar as tabelas do Órgão e das Unidades Gestoras no SIAFI; providenciar a criação de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ para novas unidades do Ministério, bem como atualizar dados junto à Receita Federal do Brasil - RFB; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC do Ministério; elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC; apoiar o Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal; subsidiar os gestores do Ministério com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório; apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária; elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo do Ministério; possibilitar a disseminação das informações de custos nas unidades gestoras do XXII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor os relatórios de Governo, bem como assinar a Declaração do Contador e o Relatório de Situação Contábil do Ministério; coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério; viabilizar e convocar, quando necessário, reuniões técnicas com a participação das unidades gestoras; e desenvolver projetos de melhoria dos processos relacionados à área contábil.</p>
-------	---------------------------	--------------	------------------------------	------------------------------	--

CCONT	Denilson Nascimento de Andrade	Requisitado	Analista Administrativo	GSISTE - Nível Superior	<p>Prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responde; realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, com base nos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, na tabela de eventos, no plano de contas aplicado ao setor público e na conformidade dos registros de gestão das unidades gestoras; efetuar os registros pertinentes, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados; realizar tomada de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, notadamente no que tange aos contratos administrativos, sem prejuízo da competência da Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias e Monitoramento - CGTVM; efetuar registros contábeis nas unidades gestoras, quando necessário; VII - interagir diretamente com o Órgão Central de Contabilidade Federal; atender às demandas especiais de informações contábeis de natureza gerencial; proceder, por amostragem, à análise processual de registros contábeis de execução; atestar, em conjunto com as unidades setoriais orçamentária e financeira, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União, com os registros contábeis ocorridos; apoiar o Órgão Central de Administração Financeira na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; atualizar o Rol de Responsáveis no SIAFI; atualizar as tabelas do Órgão e das Unidades Gestoras no SIAFI; providenciar a criação de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ para novas unidades do Ministério, bem como atualizar dados junto à Receita Federal do Brasil - RFB; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC do Ministério; elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC; apoiar o Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal; subsidiar os gestores do Ministério com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório; apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária; elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo do Ministério; possibilitar a disseminação das informações de custos nas unidades gestoras do XXII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor os relatórios de Governo, bem como assinar a Declaração do Contador e o Relatório de Situação Contábil do Ministério; coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério; viabilizar e convocar, quando necessário, reuniões técnicas com a participação das unidades gestoras; e desenvolver projetos de melhoria dos processos relacionados à área contábil.</p>
-------	--------------------------------	-------------	-------------------------	-------------------------	--

CCONT	Duarte Nuno Ramos Abreu	Terceirizado	Assistente Administrativo	Assistente Administrativo	<p>Prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responde; realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, com base nos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, na tabela de eventos, no plano de contas aplicado ao setor público e na conformidade dos registros de gestão das unidades gestoras; efetuar os registros pertinentes, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados; realizar tomada de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, notadamente no que tange aos contratos administrativos, sem prejuízo da competência da Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias e Monitoramento - CGTVM; efetuar registros contábeis nas unidades gestoras, quando necessário; VII - interagir diretamente com o Órgão Central de Contabilidade Federal; atender às demandas especiais de informações contábeis de natureza gerencial; proceder, por amostragem, à análise processual de registros contábeis de execução; atestar, em conjunto com as unidades setoriais orçamentária e financeira, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União, com os registros contábeis ocorridos; apoiar o Órgão Central de Administração Financeira na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; atualizar o Rol de Responsáveis no SIAFI; atualizar as tabelas do Órgão e das Unidades Gestoras no SIAFI; providenciar a criação de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ para novas unidades do Ministério, bem como atualizar dados junto à Receita Federal do Brasil - RFB; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC do Ministério; elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC; apoiar o Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal; subsidiar os gestores do Ministério com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório; apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária; elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo do Ministério; possibilitar a disseminação das informações de custos nas unidades gestoras do XXII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor os relatórios de Governo, bem como assinar a Declaração do Contador e o Relatório de Situação Contábil do Ministério; coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério; viabilizar e convocar, quando necessário, reuniões técnicas com a participação das unidades gestoras; e desenvolver projetos de melhoria dos processos relacionados à área contábil.</p>
CCONT	Luciana Moreira de Freitas	Terceirizado	Recepcionista II	Recepcionista II	<p>Acompanhamento dos processos e atendimento às demandas pelo SEI; acompanhamento e atendimento por e-mail institucional de demandas da Coordenação.</p>

CCONT	Oséas Alves Leão	Terceirizado	Assistente Administrativo	Assistente Administrativo	<p>Prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda; realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, com base nos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, na tabela de eventos, no plano de contas aplicado ao setor público e na conformidade dos registros de gestão das unidades gestoras; efetuar os registros pertinentes, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados; realizar tomada de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, notadamente no que tange aos contratos administrativos, sem prejuízo da competência da Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias e Monitoramento - CGTVM; efetuar registros contábeis nas unidades gestoras, quando necessário; VII - interagir diretamente com o Órgão Central de Contabilidade Federal; atender às demandas especiais de informações contábeis de natureza gerencial; proceder, por amostragem, à análise processual de registros contábeis de execução; atestar, em conjunto com as unidades setoriais orçamentária e financeira, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União, com os registros contábeis ocorridos; apoiar o Órgão Central de Administração Financeira na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; atualizar o Rol de Responsáveis no SIAFI; atualizar as tabelas do Órgão e das Unidades Gestoras no SIAFI; providenciar a criação de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ para novas unidades do Ministério, bem como atualizar dados junto à Receita Federal do Brasil - RFB; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC do Ministério; elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC; apoiar o Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal; subsidiar os gestores do Ministério com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório; apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária; elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo do Ministério; possibilitar a disseminação das informações de custos nas unidades gestoras do XXII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor os relatórios de Governo, bem como assinar a Declaração do Contador e o Relatório de Situação Contábil do Ministério; coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério; viabilizar e convocar, quando necessário, reuniões técnicas com a participação das unidades gestoras; e desenvolver projetos de melhoria dos processos relacionados à área contábil.</p>
-------	------------------	--------------	---------------------------	---------------------------	--

CCONT	Oséias da Silva	Requisitado	Chefe de Divisão	DAS 101.2	Analisar balanços, balancetes e demais demonstrativos contábeis das unidades gestoras do Ministério, recomendando a regularização de eventuais inconsistências; acompanhar a conformidade dos registros de gestão efetuada pelas unidades gestoras; apoio direto à Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - COEFI com relação às regularizações das inconsistências decorrentes da execução orçamentária e financeira; efetuar registros contábeis nas contas de Diversos Responsáveis no SIAFI e registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin referente aos Convênios; e cadastrar os usuários do Ministério nos Sistemas Estruturantes.
SETOR		SERVIDOR SEM VÍNCULO	SERVIDOR EFETIVO	QUANTITATIVO/SERVIDOR	
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE		6	2	8	
TOTAL				8	

Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos

Não houve auditoria realizada no exercício de 2020 no Órgão do MMFDH. Também não ocorreu auditoria de órgãos de controle público.

Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis, em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil, considerando que:

O MMFDH só possui uma Coordenação de Contabilidade.

Brasília/D.F., 25 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CARLOS GOMES

Contador do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
CRC-DF 9261/O-7